

# SUMÁRIO

SÉRIE "CURSOS DE EXTENSÃO DA APET"	13
APRESENTAÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
DIÁLOGO ENTRE TRIBUTAÇÃO E IFRS	17
<i>Edison Carlos Fernandes</i>	
Introdução	17
1 A Contabilidade como fundamento da pessoa jurídica empresária	18
2 A Contabilidade como centro de imputação de interesses	22
3 Fundamentos da Contabilidade e o padrão IFRS	23
3.1 Entidade	24
3.2 Continuidade	26
3.3 Regime de competência	28
Conclusões	30
CAPÍTULO 2	
SUBSTÂNCIA E FORMA NO DIREITO CONTÁBIL E SUA CONEXÃO COM A INTERPRETAÇÃO ECONÔMICA DE NORMAS TRIBUTÁRIAS NOS CASOS DE ELISÃO FISCAL	31
<i>Edmar Oliveira Andrade Filho</i>	
1 A integração entre normas contábeis e tributárias e seus limites	31
2 Prevalência da substância sobre a forma e a consideração econômica dos fatos	33
3 Interpretação econômica no direito tributário	38
4 Essência e forma na elisão tributária	39
CAPÍTULO 3	
CONCEITO DE RENDA: OS CONTORNOS DA RELAÇÃO ENTRE DIREITO E CONTABILIDADE	43
<i>Fernando Daniel de Moura Fonseca</i>	
1 Introdução	43
2 A equívocidade do conceito de renda	45
3 A necessária limitação do escopo da informação contábil	47
4 A relação entre direito e contabilidade: contingência e definição	50
5 A possível relação entre o lucro líquido e a base de cálculo do imposto de renda	54
6 O conceito jurídico de renda	58
7 Conclusões	64

CAPÍTULO 4	
CONCEITO DE RENDA E IFRS	65
<i>Carla Tredici Christiano</i>	
<i>Victor Borges Polizelli</i>	
1 Contextualização do tema	66
2 Fato gerador do imposto de renda	67
3 Conceitos contábil e jurídico de renda	69
3.1 Conceito contábil	69
3.2 Conceito jurídico	72
4 Princípio da realização da renda	74
5 Tributação de renda não realizada no contexto da tributação das pessoas físicas em investimentos <i>offshores</i>	76
6 Conclusões	82
7 Referências	83
CAPÍTULO 5	
REFLEXÕES: AVALIAÇÕES DE ATIVOS E PASSIVOS A VALOR JUSTO	85
<i>Tatiana Midori Migiyama</i>	
<i>Fabiana Carsoni Fernandes</i>	
1 Introdução	85
2 O conceito de valor justo	87
3 Controvérsias envolvendo a tributação do ganho decorrente da avaliação de bens com base no valor justo	93
4 Breves considerações	103
5 Referências	104
CAPÍTULO 6	
INSTRUMENTOS FINANCEIROS – ASPECTOS CONTÁBEIS E TRIBUTÁRIOS	107
<i>Ramon Tomazela Santos</i>	
1 Introdução	107
2 Reconhecimento de instrumentos financeiros	109
2.1 Mensuração de instrumentos financeiros	114
2.1.1 Divergência entre a Lei n. 6.404/1976 e os Pronunciamentos Contábeis na mensuração de instrumentos financeiros	115
2.1.2 Modelo de negócio na gestão da carteira de ativos e as características contratuais dos instrumentos financeiros	116
2.1.2.1 Método do custo amortizado	118
2.1.2.2 Método do valor justo	118

3 Aspectos tributários dos instrumentos financeiros	120
3.1 Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado	121
3.2 Instrumentos financeiros mensurados a valor justo	124
4 Conclusão	129

## CAPÍTULO 7

ATIVO IMOBILIZADO: ASPECTOS TRIBUTÁRIOS	131
---	-----

### *Nereida Horta*

1 Introdução	131
2 Ativo imobilizado: definição	131
3 O ativo imobilizado à luz da legislação do IRPJ e da CSLL	136
3.1 Dedutibilidade da depreciação	138
3.2 <i>Impairment</i>	140
3.3 Gastos com desmontagem ou restauração do local	141
3.4 Prejuízo na alienação de bens do ativo imobilizado	141
3.5 Atualização de bens imóveis	142
3.6 Arrendamento mercantil	147
4 Conclusão	148
5 Referências	150

## CAPÍTULO 8

TRATAMENTO CONTÁBIL-TRIBUTÁRIO DO ATIVO IMOBILIZADO	151
---	-----

### *Paulo Henrique Pêgas*

1 A legislação contábil-societária e o imobilizado	151
1.1 O valor inicial de registro do bem	153
1.2 A depreciação e o regime de competência	154
1.2.1 Métodos de depreciação	155
1.2.2 O registro contábil da depreciação	157
1.3 O imobilizado e o ajuste a valor presente	162
2 A depreciação dedutível nas bases de IRPJ e CSLL	162
2.1 Depreciação na aquisição de bens usados	167
2.2 Depreciação acelerada pelo uso	168
2.3 Depreciação acelerada incentivada	170
2.3.1 Bens da atividade rural	170
2.3.2 Bens utilizados em pesquisa e inovação tecnológica	172
2.4 Bens que não devem ser depreciados	172
2.5 Depreciação, amortização e exaustão indedutível	173
3 Provisão para <i>impairment</i>	174
3.1 Exemplo numérico de teste de <i>impairment</i>	175

3.2 Tratamento fiscal do <i>impairment test</i>	176
4 O registro contábil do arrendamento mercantil	178
4.1 Como o Fisco trata o arrendamento mercantil (operacional ou financeiro) nas bases de IRPJ e CSLL	179
4.2 Registro contábil do direito de uso de um imóvel com contrato de arrendamento (operacional) de dez anos	182
5 O crédito dos bens do ativo imobilizado nas bases de PIS e Cofins nas empresas submetidas ao método não cumulativo e as principais mudanças com a reforma tributária	183
Referências	191
CAPÍTULO 9	
ASPECTOS CONTÁBEIS E TRIBUTÁRIOS DO ATIVO INTANGÍVEL	193
<i>Heron Charneski</i>	
<i>Thais Romero Veiga Shingai</i>	
Introdução	193
1 Tratamento contábil do ativo intangível	195
2 Controvérsias tributárias envolvendo o tratamento contábil aplicável aos ativos intangíveis	198
2.1 Amortização fiscal dos intangíveis de vida útil definida: linear ou na curva	198
2.2 Concessões	201
2.3 Pesquisa e desenvolvimento	206
Considerações finais	208
CAPÍTULO 10	
PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES:	
ASPECTOS CONTÁBEIS E TRIBUTÁRIOS	211
<i>Luciana Ibiapina Lira Aguiar</i>	
<i>Alexandre Evaristo Pinto</i>	
1 Introdução	211
2 Considerações gerais sobre o passivo	213
3 A norma contábil sobre provisões e passivos contingentes	214
4 Provisões e passivos contingentes em matéria tributária	217
5 Considerações gerais sobre o ativo	221
6 A norma contábil sobre ativos contingentes	222
7 Ativos contingentes em matéria tributária	224
8 Desafios atinentes à avaliação das incertezas	228
9 Evidenciação de provisões, passivos e ativos contingentes	231
10 Aspectos tributários das provisões	234
11 Conclusões	236

CAPÍTULO 11	
ASPECTOS CONTÁBEIS E TRIBUTÁRIOS DO PASSIVO: AJUSTE A VALOR PRESENTE, CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS, PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES	239
<i>Renato Nunes</i>	
<i>Túlio Vivian Antunes Campos</i>	
1 Introdução	239
2 AVP – ajuste a valor presente	240
2.1 Tratamento contábil previsto pelo CPC n. 12 (R1)	241
2.2 Tratamento tributário do AVP pela Lei n. 12.973/2014	245
3 Custos de empréstimos	249
3.1 Tratamento contábil previsto pelo CPC n. 20 (R1)	249
3.2 Tratamento tributário dos custos de empréstimos pela Lei n. 12.973/2014	251
3.3 Questão controversa sobre a matéria: tratamento tributário das receitas financeiras sobre investimentos de curto prazo	252
4 Pagamento baseado em ações	256
4.1 Tratamento contábil previsto pelo CPC n. 10 (R1)	256
4.2 Tratamento tributário do pagamento baseado em ações pela Lei n. 12.973/2014	259
4.3 Questão controversa sobre a matéria: tratamento tributário das receitas financeiras sobre investimentos de curto prazo	260
5 Referências	262
CAPÍTULO 12	
ASPECTOS TRIBUTÁRIOS DO INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	263
<i>Elidie Palma Bifano</i>	
1 Introdução	263
1.1 Histórico, no Brasil, do registro da conta participações societárias até a Lei n. 11.638/2007	264
1.2 A Lei n. 6.404/1976 e sua abrangência	264
1.3 A Lei n. 11.638/2007 e as participações societárias: regime vigente	268
2 Tratamento tributário do MEP	271
2.1 Reflexos tributários da Lei n. 6.404/1976	271
2.2 Reflexos tributários da Lei n. 11.638/2007	272
3 Questões envolvendo a aquisição de participação societária no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	276
3.1 Operações envolvendo ágio na subscrição	276
3.2 Operações estruturadas: artificialismo dos atos, falta de legítimo interesse negocial	277
4 Questões controvertidas no âmbito do Judiciário	278
5 Conclusões	280

CAPÍTULO 13	
CONCEITOS DE RECEITA	283
<i>Ana Carolina Monguilod</i>	
<i>Maria Carolina Maldonado Mendonça Kraljevic</i>	
Introdução	283
1 Conceito contábil de receita	284
2 Conceito de receita para o direito financeiro e comercial	287
3 Conceito tributário-jurisprudencial de receita	290
3.1 Conceito de receita tributável na doutrina	290
3.2 Conceito de receita tributável na jurisprudência	294
4 Conceito de receita tributável na prática	298
4.1 O caso dos contratos de compartilhamento ou rateio de custos e despesas	298
4.2 O caso dos <i>marketplaces</i>	302
4.3 O caso das agências de turismo	303
Conclusões	304
Referências	306
CAPÍTULO 14	
SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO	309
<i>Jimir Doniak Jr.</i>	
1 Introdução ao tema e desenvolvimento histórico	309
2 Tratamento contábil	313
3 Tratamento tributário	317
4 Questões controvertidas	322
4.1 Questões controvertidas relativas ao período anterior à Lei n. 14.789/2023	322
4.2 Questões controvertidas relativas ao período posterior à Lei n. 14.789/2023	326
5 Conclusões	329
CAPÍTULO 15	
EFEITOS TRIBUTÁRIOS DAS RECLASSIFICAÇÕES CONTÁBEIS	331
<i>Bruno Fajersztajn</i>	
<i>Victor Lyra Guimarães Luz</i>	
1 Introdução	331
2 Reclassificações contábeis na Contabilidade	334
3 O tratamento tributário das reclassificações contábeis	337
3.1 A “regra geral” para interpretação dos impactos tributários de reclassificações contábeis	337
3.2 O caso da venda de imóveis por pessoa jurídica optante pelo lucro presumido	339

3.2.1 A reclassificação contábil de bens imóveis de propriedade de pessoas jurídicas	339
3.2.2 O regime de tributação do lucro presumido	344
3.2.3 As diferentes interpretações da controvérsia	351
3.2.3.1 O entendimento da Administração Tributária	351
3.2.3.2 O nosso entendimento	355
3.3 O caso da alienação de participações societárias por pessoa jurídica tributada com base na sistemática do lucro real	360
4 Conclusões	365
5 Referências	367

## CAPÍTULO 16

ALGUNS ASPECTOS DA APURAÇÃO DO RESULTADO E DA DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS	369
---	-----

*Edison Carlos Fernandes*

*Eliseu Martins*

1 Introdução	369
2 Conceito de lucro na Contabilidade – Início	370
3 Conceito de lucro na Contabilidade – Complemento	372
4 Demonstração do resultado do exercício – DRE	374
5 Reservas de lucros	377
6 Distribuição de lucros e dividendos	380
7 Conclusão	382